



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
6	De 05/03/2001
6	58
	Rubrica

207

Processo : 10830.001731/95-51  
Acórdão : 203-06.981

Sessão : 05 de dezembro de 2000  
Recurso : 114.062  
Recorrente : FRIGORÍFICO INDEPENDÊNCIA LTDA.  
Recorrida : DRJ em Campinas - SP

**PIS – MULTA DE OFÍCIO.** A aplicação da multa de ofício exclui a multa de mora. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: FRIGORÍFICO INDEPENDÊNCIA LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 2000

Otacílio Dantas Cartaxo  
Presidente

~~Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva~~  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Daniel Correa Homem de Carvalho, Francisco de Sales Ribeiro de Queiroz (Suplente), Mauro Wasilewski, Antonio Augusto Borges Torres, Renato Scalco Isquierdo e Lina Maria Vieira.  
cl/mas



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

208

Processo : **10830.001731/95-51**

Acórdão : **203-06.981**

Recurso : **114.062**

Recorrente : **FRIGORÍFICO INDEPENDÊNCIA LTDA.**

## RELATÓRIO

Às fls. 60/62 consta a Decisão nº 11.175/01/GD/02166/99 da Autoridade Monocrática julgando a exigência fiscal procedente, em razão da falta de recolhimento da Contribuição para o PIS no período de abril a dezembro de 1992.

Diz o Julgador Monocrático que a Contribuinte ao impugnar (fls. 24/26) a exigência estribou-se nos fatos de que a alíquota de 0,75% é equivocada, uma vez que os Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449 não haviam sido removidos do ordenamento jurídico pátrio à época do lançamento e que a multa de 100% é inadmissível.

A partir daí, o Julgador Singular afirma que a Resolução nº 49/95 suspendeu a execução dos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449, ambos de 1988, declarados inconstitucionais pelo E. STF, tendo esse gesto eficácia *ex tunc*, fazendo com que a Lei Complementar nº 07/70 ressurja como norma reguladora da Contribuição sob comento e, quanto à multa, informa que a mesma foi aplicada pela falta de recolhimento do tributo e não pela ausência de apresentação das DCTFs.

Reduz a multa de ofício para 75%, com base no inciso I, art. 44, da Lei nº 9.430/97.

Às fls. 75/84 consta cópia de Ordem Liminar concedendo o processamento do Recurso.

Às fls. 66/68 consta Recurso Voluntário sustentando que a multa, por falta de recolhimento da Contribuição, deveria ser de 20%, na conformidade do art. 985 do RIR/94 e transcreve decisões do E. Primeiro Conselho que vinculam a existência de DCTF.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

209

Processo : 10830.001731/95-51  
Acórdão : 203-06.981

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR FRANCISCO MAURÍCIO R. DE  
ALBUQUERQUE SILVA**

O Recurso é tempestivo, dele tomo conhecimento.

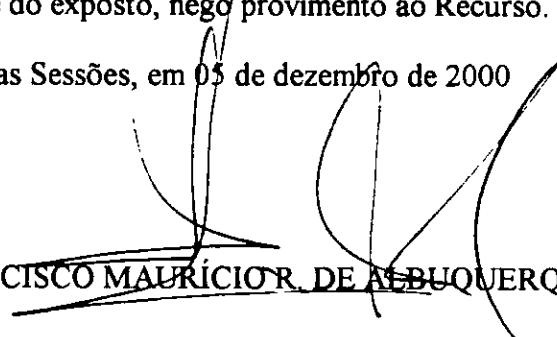
O litígio instala-se, exclusivamente, no que diz respeito à multa aplicada de 75%.

A multa a que se refere o art. 59 da Lei nº 8.383/91 é a de mora, inaplicável ao presente caso.

A falta de recolhimento da Contribuição, não contestada nestes autos, propicia a imposição da multa guerreada.

Diante do exposto, nego provimento ao Recurso.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 2000

  
FRANCISCO MAURÍCIO R. DE ALBUQUERQUE SILVA